



ENTE DO DIA

*Prefeitura Municipal de Marechal Floriano*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROJETO DE LEI Nº. 209 /2013

Câmara Municipal de Marechal Floriano

Protocolado Sob nº 1664

de 13 / 11 / 2013

ENCARREGADO

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO  
MUNICIPAL A PRORROGAR  
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE  
PESSOAL, PARA ATENDER AS  
NECESSIDADES DA SEMUR E SEMUS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO,  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a  
Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica prorrogado por mais 01 (um) ano o prazo para o  
Poder Executivo celebrar contrato administrativo de prestação de serviço, por prazo  
determinado, para admissão de pessoal, para atender a necessidade emergencial de  
limpeza pública, especialmente bueiros, córregos e vias públicas e na área de saúde  
para atender o pronto atendimento, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.013, de  
22 de dezembro de 2010 e suas alterações.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e  
seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2014.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Marechal Floriano/ES, 13 de novembro de 2013.

**ANTÔNIO LIDINEY GOBBI**  
Prefeito Municipal



*Prefeitura Municipal de Marechal Floriano*  
**ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

**JUSTIFICATIVA**

Objetivando a análise e apreciação desse Legislativo Municipal, estou encaminhando o projeto de lei que autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados de acordo com a Lei nº 1.013/2010 que autorizou a contratação de pessoal para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Saúde.

Quero informar aos nobres Vereadores que este Executivo está ciente da necessidade de regularização de todas as contratações temporárias e da necessidade de promovermos concurso público para resolver definitivamente a situação precária em que nos encontramos com relação a pessoal.

Em princípio, entendemos que a crise financeira já preconizada com o fundo ICM/ FUNDAP destinado aos municípios seria passageira, entretanto a situação não veio a agravar-se, dificultando a formalização de uma política de pessoal digna de nossos servidores.

Realmente, temos recebido dessa colenda Casa de Leis requerimentos de providências quanto uma política de pessoal que atenda os anseios de nossos servidores, entretanto a cada dia que passa a crise financeira se agrava e obriga-nos a uma contenção de despesa que nos impede de qualquer iniciativa de melhoria de vencimentos, já que extrapolamos os limites legais permitidos.

Posso afirmar que não estamos descuidando do assunto e espero o mais breve possível ter condições de promover concurso público e resolver definitivamente a nossa situação, eliminando de vez a contratação temporária, situação excepcional que não é conveniente nem para a Administração e nem para os servidores.